

Direta, compromisso da Nova República

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os deputados Cid Carvalho e Israel Pinheiro Filho possuem, além de experiência política, excepcional conceito entre seus pares e na crônica. Mas acabam de dar olímpica escoregadeira que os coloca, momentaneamente, ao nível de políticos de berçário. Nem no jardim da infância conseguiriam inscrição. Anunciaram estar articulando, na Assembléia Nacional Constituinte, a adoção de eleições indiretas de presidente da República, para que o País possa adotar o parlamentarismo clássico.

Não se discute o mérito do sistema parlamentar de governo, em sua forma ortodoxa, nem é tempo para trazer à colação o debate sobre qual a maneira mais eficaz de escolher um presidente da República, se pelo voto direto ou pelo voto indireto. O problema transcende à emissão de juízos de valor. Situa-se no plano das coisas reais, indiscutíveis e irrefutáveis. O Brasil quer votar para presidente da República. Desde 1960 que não vota. O maior dos aríetes responsáveis pela queda da ditadura chamou-se "diretas-já". Nada mudou, ainda que não se saiba exatamente quando o eleitor comparecerá às urnas, se em 1988 ou 1989. Está na pele, como está nas entranhas de cada um, esse anseio irresistível que manobra alguma conseguirá re-crear.

Se por hipótese absurda implantadas as eleições presidenciais indiretas, o mínimo a esperar será uma convulsão nacional de inigualáveis proporções. Algo como uma hecatombe, responsável, então, pela definitiva desmoralização do poder político, do Congresso, da Assembléia Nacional Constituinte e do próprio regime democrático.

Essa opinião é partilhada pela grande maioria das lideranças políticas. Ainda no domingo pela manhã, na Base Aérea de Brasília, foi objeto de considerações por parte do ministério presente ao embarque do presidente José Sarney para o México. O mínimo que se ouviu foi que a tese exprime verdadeira loucura. "Não se brinca impunemente com o sentimento popular", dizia um ministro, para ser apoiado por outro, lembrando que "o compromisso pela realização de eleições presidenciais diretas confunde-se com a própria Nova República".

Israel Pinheiro Filho e Cid Carvalho querem porque querem a mudança do sistema de governo. Voltados para o passado, alinham as humilhações sofridas pelo Legislativo ao longo de 21 anos como o grande argumento para o estabelecimento do parlamentarismo, onde deputados e senadores recobririam seu poder violentado e, mais ainda, passariam a empalmá-lo de maneira definitiva, sem riscos futuros. Enganam-

se, porém, redondamente. Não é por aí que a carruagem passa, tendo em vista a impossibilidade óbvia de se garfar o povo, retirando dele a prerrogativa de eleger seus presidentes. No reverso da medalha, situa-se o ridículo que está sendo o chamado sistema misto de governo, consagrado nos anteprojetos até agora debatidos na Constituinte. Esse monstro prevê eleições diretas de presidente e um governo parlamentar, ou seja, dilui perigosamente o poder.

José Sarney, que em passado mais ou menos recente foi signatário de emenda parlamentarista, acha o sistema misto um absurdo e preocupa-se com o futuro do regime se as eleições presidenciais diretas forem suprimidas. Como repetiu ainda no domingo, Paulo Brossard, ministro da Justiça, parlamentarista histórico, prevê que o País se tornará ingovernável. Ulysses Guimarães imagina um absurdo, Marco Maciel, um desastre. Para os ministros militares será o portal da crise. E por aí adiante.

Para agravar a situação, entra em cena idéia ainda pior do que a do sistema misto, na forma da supressão das eleições presidenciais diretas. Por ela, caberá à Câmara dos Deputados a escolha de uma completa rainha da Inglaterra. Tradições históricas, ratzes culturais, hábitos políticos e a simples constatação dos fatos valem coisa alguma para Israel Pinheiro Filho e para Cid Carvalho, que, se não puderem levar adiante sua proposta, por inviável, voltarão a acoplar-se ao sistema misto, até vencendo etapas na Assembléia Nacional Constituinte. Nasceu em três das 24 subcomissões viu-se reforçado na comissão temática de organização do Estado e do sistema de governo, passou para o anteprojeto da Comissão de Sistematização, e, agora, integrou os singulares projetos "Tântalo", "Ícaro" e "Hércules", do "grupo dos 32". Esta semana, pelo que se sabe, constará do primeiro esboço de projeto do relator Bernardo Cabral. Ao que tudo indica, fará parte do segundo e irá para a discussão final no plenário. Não se trata mais de lutar para estabelecê-lo, pois estabelecido já se encontra. A questão agora é como evitá-lo, coisa bem mais difícil e complicada.

Há consenso entre as principais lideranças políticas a respeito do salto no escuro que será a aprovação final do sistema misto, uma ode a Roberto Close. Os poderes nacionais ficarão de tal maneira dispersos e diluídos que a Nova República, em pouco tempo, tornar-se-á presa fácil do primeiro aventureiro que se dispuser a revogar esse absurdo com uma simples gargalhada. E o remédio não está, de forma alguma, no estabelecimento de eleições indiretas de presidente da República.